

## **ORGANIZAÇÕES NA SOCIEDADE DE RISCO: noções introdutórias sobre organizações sustentáveis**

**BÁRBARA IVY CREMA DE VASCONCELOS**

### **Introdução**

Como apontam GEPHART et al. (2009) até meados da década de 80, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva. Quanto mais a sociedade industrial afirma-se, em torno do progresso e agravamento das condições ecológicas e dos riscos, mais depressa é encoberta pela Sociedade de Risco (BECK,2010). Todavia, tanto para Mol (1995), quanto para Beck (2010) as empresas aparecem como um dos principais atores no processo tanto de produção de riscos quanto de respostas a eles.

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Problema: Como as organizações contribuem e respondem aos desafios da Sociedade de Risco? Objetivo: Levando em consideração neste trabalho, dentro da gama de organizações, o foco nas empresas privadas, e das tipologias de riscos propostas por Beck (2010), o enfoque neste estudo restringe-se aos riscos ambientais e sociais. Desta forma, o texto irá apresentar inicialmente argumentos de como as empresas contribuem para a produção do risco, e em seguida entender como elas estão respondendo aos riscos produzidos, com o intuito de levantar uma crítica as respostas das empresas.

### **Fundamentação Teórica**

Para Beck(2010) a produção social da riqueza na modernidade é acompanhada por uma produção social do risco. Pois o processo de industrialização é indissociável do processo de riscos, dado que uma das principais consequências do desenvolvimento científico industrial é a exposição da humanidade a riscos e inúmeras modalidades de contaminação, constituindo-se assim, em ameaças para os habitantes e para o meio ambiente.

### **Metodologia**

Para a construção da resposta opta-se por uma abordagem qualitativa subjetiva, exploratória e descritiva.

### **Análise dos Resultados**

Dentro deste viés de sustentabilidade podemos concluir que, a explosividade dos riscos de acordo com Beck (2010), implica em ser feita uma mudança tão profunda no sistema que envolve desde o cidadão comum, as próprias empresas, os diversos stakeholders, incluindo as entidades governamentais reguladoras do sistema. Mas as empresas em especial teriam que mudar o discurso, caso assumissem essa mudança, e os pontos que são levantados a partir da sociedade de risco, possuem aspectos positivos quanto limitações.

### **Conclusão**

Os problemas socioambientais gerados pelas indústrias constituem um desafio complexo e multifacetado, que exige mais do que alternativas tecnológicas rígidas para sua superação. É preciso desenvolver uma nova forma de trabalho que evite a superespecialização do desenvolvimento tecnocientífico que propiciou o surgimento de características marcantes na Sociedade de Risco: a não quantificação dos efeitos reais por parte das consequências secundárias do processo de industrialização e o desenvolvimento de soluções para remediar os efeitos não desejados que surgem das decisões empresariais.

### **Referências Bibliográficas**

BANERJEE, S.B. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. *Critical Sociology* 34(1): 51–79. 2008 BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010. BECK, U; HOLZER, B. Organizations in World Risk Society. Pearson 45259, 2007. BORIM-DE-SOUZA, R. ; BALBINOT, Z. ; TRAVIS, E. F. ; MUNCK, L. ; TAKAHASHI, A. R. W. Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory. *Cross Cultural Management* , v. 22, p. 201-235, 2015. LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder. VozRJ.2009

### **Palavras Chave**

Sociedade de risco, Sustentabilidade, Organizações

### **Agradecimento a órgão de fomento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

## **ORGANIZAÇÕES NA SOCIEDADE DE RISCO: noções introdutórias sobre organizações sustentáveis.**

### **INTRODUÇÃO**

Desde a década de 80 uma forma de interpretar os grandes problemas que afetam o planeta, quanto aos seus limites ambientais, tem sido através de um olhar pautado na ideia da Sociedade de Risco, promulgada por Ulrich Beck (2010) em um trabalho provocante denominado Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. Para Beck a produção social da riqueza na modernidade é acompanhada por uma produção social do risco. Pois o processo de industrialização é indissociável do processo de riscos, dado que uma das principais consequências do desenvolvimento científico industrial é a exposição da humanidade a riscos e inúmeras modalidades de contaminação, constituindo-se assim, em ameaças para os habitantes e para o meio ambiente.

Como apontam GEPHART et al. (2009) até meados da década de 80, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva. No que se referia especificamente aos problemas de degradação ambiental, os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas, resultantes dos gastos em controle da poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando, portanto, prejuízos as partes interessadas, como trabalhadores, acionistas e consumidores (BECK e HOLZER, 2007). Nesse contexto, Beck (2010) mostra a estratégia das empresas era, segundo o jargão econômico, externalizar os custos ambientais, ou seja, transferi-los para a sociedade, poupando o verdadeiro causador de arcar com qualquer ônus para reverter o problema.

É interessante notar que a Sociedade de Risco não é um processo intencional ou previsto, ou algo que pode ser escolhido ou rejeitado. Pelo contrário, é resultado de um processo de modernização autônomo, cego e surdo para suas consequências. Quanto mais a sociedade industrial afirma-se, em torno do progresso e agravamento das condições ecológicas e dos riscos, mais depressa é encoberta pela Sociedade de Risco (BECK,2010). Todavia, tanto para Mol (1995), quanto para Beck (2010) as empresas aparecem como um dos principais atores no processo tanto de produção de riscos quanto de respostas a eles.

Portanto, o estudo em questão expõe a problemática de como as organizações contribuem e respondem aos desafios da Sociedade de Risco. Levando em consideração neste trabalho, dentro da gama de organizações, o foco nas empresas privadas, e das tipologias de riscos propostas por Beck (2010), o enfoque neste estudo restringe-se aos riscos ambientais e sociais. Desta forma, o texto irá apresentar inicialmente argumentos de como as empresas contribuem para a produção do risco, e em seguida entender como elas estão respondendo aos riscos produzidos, com o intuito de levantar uma crítica as respostas das empresas, a partir da contribuição de Beck na compreensão do papel das organizações na atual crise ambiental.

## **REFLEXÕES A PARTIR DA SOCIEDADE DE RISCO**

Ao retornarmos na discussão da modernidade, Beck e Holzer (2007) mostram que o papel das empresas no capitalismo sempre foi fundamental, pois é embasado na unidade produtiva, e quem gera a degradação são as próprias empresas, as quais só começam a ser obrigadas a rever essa postura nos anos 60 e 70, onde elas passam a ser pressionadas pela sociedade, pelo estado e pela ciência a assumir as consequências de suas atividades.

Entretanto, Beck(2010) também afirma, através do seu conceito de irresponsabilidade organizada, que o sistema é tão interdependente e está altamente envolvido com a produção dos riscos que chega a ser impossível descobrir quem é realmente o responsável por eles. Portanto, é uma imensa irresponsabilidade, o fato de termos consciência dos riscos e causas, entretanto nada se faz para mudar o cenário.

De certa maneira, a sociedade industrial, através do desenvolvimento do seu instrumental racional de manipulação, aprendeu a controlar e a conviver de forma menos traumática com boa parte desses riscos. Com efeito, nunca nenhuma civilização anterior a contemporânea se preocupou tanto em desenvolver técnicas de cálculo de risco, com o objetivo de produzir uma infinidade de medidas compensatórias para uma população a mercê de um mundo cada vez mais incerto (Douglas et al., 1984). Embora Beck (2010), reconheça o risco como elemento capaz de ser mensurável e calculável segundo leis de probabilidade, o autor entende a Sociedade de Risco como um mundo de incertezas fabricadas, através de inovações tecnológicas e respostas sociais mais aceleradas, produzindo um novo cenário de risco global, de incertezas não quantificáveis. E o reconhecimento da incalculabilidade dos perigos produzidos pelo desenvolvimento técnico-industrial transformam o processo de modernização

em modernização reflexiva, em que ela é, ao mesmo tempo, tema e problema para si própria (BECK e HOLZER, 2007).

Fatores estes, que forjam como argumentos centrais da colaboração das empresas para produção do risco, o foco no lucro e o entendimento do crescimento limitado. Beck (2010) direciona sua crítica ao sistema capitalista de produção. Mesmo reconhecendo que os riscos estão associados à criação da riqueza, e que esta advém do incremento das forças produtivas, ele ainda assim associa o problema dos riscos ao sistema capitalista em si. Inclusive, ele defende o que chama de “progresso econômico capitalista”, principalmente depois da segunda guerra mundial, e afirma que este somente se tornou efetivamente um problema quando houve o fim do consenso em torno dele.

Habermas (1971) afirma que a regulação permanente do Estado, a partir do século XIX, surge como um mecanismo de defesa contra as disfunções geradas pelo sistema. As ações governamentais deixam de ser dirigidas para a realização dos objetivos práticos, e passam a ser pautadas por ações que compensem a sociedade pelas disfunções e riscos gerados, ameaçando a própria integridade do sistema. Legislação trabalhista e ambiental, seguro desemprego, novos mecanismos de financiamento, ampliação dos sistemas de saúde são apenas alguns exemplos conhecidos da atuação do Estado, visando preservar o equilíbrio do sistema.

As empresas também desenvolveram um instrumental para enfrentar as crescentes incertezas, como o fato de incorporar o cálculo de risco em seu processo de tomada de decisão (GEPHART et al. 2009). Como mostra Shrivastava (1993), este cálculo procura avaliar exclusivamente os riscos financeiros, ou seja, detectar a possibilidade de retornos monetários para o investimento realizado, considerando a volatilidade dos mercados financeiros, as flutuações da taxa de inflação, as mudanças tecnológicas, entre outros.

No entanto, Gephart et al. (2009) demonstram na medida em que os processos de modernização seguem sua trajetória, as formas desenvolvidas para calcular o risco e as alternativas escolhidas para amenizar seus impactos, seja pelo setor público ou privado, tornam-se cada vez menos eficazes, especialmente no que concerne aos riscos da natureza socioambiental. Isto fica evidente ao analisar a evolução dos riscos ambientais paralelos ao processo de industrialização.

Ao observar esses comportamentos, Beck e Holzer (2007) afirmam que movimentos vinculados a responsabilidade social e ambiental, já são medidas que tentam mostrar uma

resposta aos riscos sociais e ambientais que as empresas criam. Como as empresas precisam sempre buscar o lucro máximo, acabam por fazer grandes mudanças ecológicas, geralmente implica na redução dos custos e demissões, então isso cria riscos sociais (SHWOM, 2009).

Interessante notar que, assumir os custos da internalização dos riscos ambientais implica em uma elevação grande da redução dos lucros (BECK, 2010). Por isso os grandes movimentos de países como EUA e países europeus altamente desenvolvidos, aproveitam-se de países subdesenvolvidos, em que os riscos são socializados mais facilmente, tais como, países da América Latina, e Índia. Portanto as empresas tendem a socializar os riscos, na medida em que elas não internalizam esses custos (PERROW, 1997). Por exemplo, ao poluir um rio com detritos advindos da produção ou até mesmo ao exportar esses rejeitos para países da África, causando injustiça internacional, mostram o não comprometimento dessas empresas com a internalização desses riscos, por não assumirem seus custos. Por isso, na busca de mitigar tais impactos, as empresas promulgam ações sustentáveis, pois os riscos estão em todas as áreas da cadeia, gerando riscos na extração, na produção e consumo (YORK e ROSA, 2009).

A fim de gerar uma conexão a respeito deste conjunto de percepções, o próximo tópico irá abordar o entendimento da sustentabilidade sob a lente das organizações.

## **COMPREENSÕES SOBRE ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Inicialmente vale lembrar que a noção de sustentabilidade, muito bem exposta por Gibson (2001) tem duas origens. Na biologia, por meio da ecologia e a segunda na economia, e tais pensamentos são antagônicos. A primeira refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas, portanto, sua resiliência em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.). Gibson (2011) explica a segunda ideia de sustentabilidade, na visão da economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que, o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

E ao buscar os estudos sobre sustentabilidade nos deparamos com o relatório de Brundtland (1987) que abriu um imenso debate na academia sobre o significado de desenvolvimento sustentável, que de acordo com Gladwin, Kennelly e Krause (1995), foi

amplamente aceito por milhares de organizações governamentais, empresas e instituições internacionais, o qual basicamente inclui a dimensão ambiental no amplo leque de dimensões do desenvolvimento, buscando um processo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado. Desta forma, a noção de desenvolvimento sustentável extrapola as exigências de proteção ambiental (Pearce et al.,1989; Unep,2011; United Nations, 2012).

Portanto, o relatório trata de duas preocupações que devem ser conciliadas: desenvolvimento e meio ambiente. Eles também podem ser interpretados como necessidades versus recursos, ou como o curto prazo versus o longo prazo. Kuhlman et at. (2010) explica que, atualmente, a sustentabilidade é quase sempre vista em termos dessas três dimensões: social, econômica e ambiental, e isto é incorporado na definição de sustentabilidade adotada pelas Nações Unidas em sua Agenda para o Desenvolvimento.

Entretanto, a multidimensionalidade do que é preconizado pelo desenvolvimento sustentável leva também a uma ampla gama de interpretações sobre os caminhos para se alcançar as exigências de qualidade de vida e ambiental simultaneamente. Na análise de Veiga (2005), a sustentabilidade é uma questão primordialmente ética, e é por isso que não é, e jamais se tornará uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética. Sachs (2002) considera que a noção de sustentabilidade só conseguiu se tornar quase universalmente aceita porque reuniu sobre si posições teóricas e políticas diversas, mesmo que contraditórias e até mesmo opostas.

Vale ressaltar que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tem sido usados na literatura comumente como sinônimos (Gibson et al., 2005; Pope, 2007), havendo, contudo, autores que fazem diferenciações (Gallopín, 2003; Loureiro, 2012; Borim-de-Souza et al., 2015). Como afirma Borim-de-Souza et al. (2015) a divergência dos conceitos está no fato da sustentabilidade se referir a capacidade de manter algo em estado contínuo, já o desenvolvimento sustentável envolve processos, que de forma integrada almejam manter a dinâmica de um sistema a longo prazo. Somado a isso, na visão de Feil e Schreiber (2017) a definição do termo “sustentabilidade” é exposta como um indicador, que a partir da mensuração dos aspectos sociais, econômicos e ambientais orientam as ações apropriadas para a manutenção do meio ambiente e; o termo “desenvolvimento sustentável” é visto como a estratégia para se alcançar os indicadores determinados pela sustentabilidade, a fim de se atingir os objetivos focados no meio ambiente, por meio de soluções sustentáveis. Atrelado a este fato, Feil e Schreiber (2017) acrescentam portanto que, o termo “sustentável” é a solução encontrada para os problemas ambientais e, portanto, é o objetivo tanto da sustentabilidade quanto do

desenvolvimento sustentável.

Exposto isso, ao analisar a dinâmica do desenvolvimento, Leff (2009) aponta que as expressões “crescimento econômico sustentado” e “crescimento econômico excludente” opunham a corrente “*mainstream*” neoclássica às correntes heterodoxas, marxistas e estruturalistas. Para a primeira, o crescimento econômico sustentado estava aberto como possibilidade a todos os países, sendo uma condição necessária e suficiente para a inclusão social. Para a segunda, ao contrário, o crescimento econômico e seus benefícios eram para poucos, os países capitalistas centrais. Marxistas e estruturalistas discordavam entre si, entretanto, em relação às causas do fato. O critério ambiental proposto pelos ecodesenvolvimentistas era aceitável para essas correntes, mas a forma como esses a integraram com os demais critérios colocou-os numa posição singular nesse debate.

De acordo com Leff (2009), a sustentabilidade do desenvolvimento significa que estamos no limite da racionalidade econômica, valorizando mais os valores da vida, da justiça social e do compromisso com as gerações futuras. Nesse sentido, as organizações representam economia e poder na sociedade e utilizam os recursos do meio ambiente para elaborar seus produtos e oferecer serviços, impactando direta ou indiretamente na degradação do meio ambiente. E mais que isso, no sistema capitalista vigente, não foram considerados os custos sociais e ambientais gerados em consequência do crescimento econômico.

Por isso, ao longo dos anos o meio ambiente foi visto como algo externo a humanidade, na maioria das vezes para ser usado e explorado. Em geral a relação das pessoas com o meio ambiente foi concebida como o triunfo da humanidade. Esta visão prometiana era de que o conhecimento humano e a tecnologia poderiam superar todos os obstáculos, incluindo naturais e ambientais. De fato, esta visão estava ligada ao desenvolvimento do capitalismo, a revolução industrial e a ciência moderna (HOPWOOD; MELLOR; O´BRIEN,2005).

O que implica em compreender o impacto que a palavra sustentável trouxe ao meio empresarial em suas diversas nuances. A começar pelo anseio de crescer, e perpetuar-se como empresa no mundo contemporâneo(POPE et al., 2004). Esse desejo desenfreado que a vertente capitalista gera e ao mesmo tempo embasa o mercado, nos remete profundamente a necessidade intrínseca que as organizações fomentam para si sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como (HOPWOOD; MELLOR; O´BRIEN,2005) o resultado da crescente preocupação com o link global entre a montagem dos problemas ambientais, problemas socioeconômicos ligados a pobreza e a desigualdade, bem como suas preocupações

sobre um futuro saudável para humanidade.

De forma sistemática Banerjee (2008) diz que, conceitos como "sustentabilidade" foram usados muitas vezes para transmitir a idéia de um compromisso, e que as empresas estavam respondendo à crítica ambiental. No entanto, o autor aponta que o significado dessa palavra foi muitas vezes alterado para se alinhar com o interesse da corporação e não com o meio ambiente. Assim, a sustentabilidade não era apenas sobre o próximo trimestre financeiro, mas garantindo que a organização fosse construída em uma capacidade tal para suportar uma série de ameaças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Claramente, ao observar tais afirmações, vemos que a esfera do mercado ocupa um papel dominante na sociedade neoliberal e, em particular, nas corporações empresariais, os bens sociais são geralmente medidos principalmente em termos de rentabilidade e retorno ao acionista (Harvey, 2003). Para muitos críticos, portanto, as respostas corporativas às preocupações ambientais representam um processo de acomodação e luta política em que as empresas buscam manter sua autonomia através da incorporação do meio ambiente em seus termos (Banerjee, 2008). Provavelmente, a continuação da legitimidade das corporações não implica a incorporação de outros bens sociais na esfera do mercado (Boltanski; Chiapello, 2005).

Dentro deste viés de sustentabilidade podemos concluir que, a explosividade dos riscos de acordo com Beck (2010), implica em ser feita uma mudança tão profunda no sistema que envolve desde o cidadão comum, as próprias empresas, os diversos *stakeholders*, incluindo as entidades governamentais reguladoras do sistema. Mas as empresas em especial teriam que mudar o discurso, caso assumissem essa mudança, e os pontos que são levantados a partir da sociedade de risco, possuem aspectos positivos quanto limitações.

As limitações residem também nas formas de respostas que as empresas dão aos riscos (YORK e ROSA, 2003) pois os autores fazem uma crítica ao discurso ambiental das organizações, quando diz que as respostas são pontuais, pois na realidade não são, em multi escala, as empresas são antropocêntricas.

Assim, os problemas socioambientais gerados pelas indústrias constituem um desafio complexo e multifacetado, que exige mais do que alternativas tecnológicas rígidas para sua superação. Dado a este fato, o presente trabalho levanta algumas questões desafiadoras para as organizações: É possível modificar a forma da construção da racionalidade técnico-industrial



para que atenda as demandas nesse novo cenário? É viável que o processo de tomada de decisão nas organizações considere uma efetiva remoção das causas e não apenas do tratamento dos sintomas? A mudança da cultura organizacional, colocando a variável socioambiental em um novo patamar dentro das organizações, pode garantir efetivamente ganhos ecológicos, sociais e econômicos, como esperados pela sustentabilidade?

Tais perguntas apenas auxiliam na reflexão sobre a visão holística que Beck proporciona ao tratar da Sociedade de Risco, ao mesmo tempo que reflete a relação entre o quanto as empresas contribuem e respondem para a criação de tais riscos, os quais afetam diretamente os pilares da sustentabilidade. Para tanto, é preciso desenvolver uma nova forma de trabalho que evite a superespecialização do desenvolvimento tecnocientífico que propiciou o surgimento de características marcantes na Sociedade de Risco: a não quantificação dos efeitos reais por parte das consequências secundárias do processo de industrialização e o desenvolvimento de soluções para remediar os efeitos não desejados que surgem das decisões empresárias.

Os desafios para alcançar esses objetivos são muitos, uma vez que é necessário romper com a herança do século XIX, baseada na bem sucedida fragmentação e na superespecialização, responsáveis pelo grande aumento da produtividade industrial, mas que impedem o desenvolvimento de uma visão do todo, e que, por sua vez, eliminam qualquer possibilidade de implementar uma ação preventiva. Além disso, é preciso estimular a cooperação inter e intraorganizacional de forma a quebrar as sólidas barreiras entre as diversas áreas de conhecimento, impedindo sua comunicação. As ideias relativas a Sociedade de Risco apresentadas, procuram apontar uma resposta ainda fragmentada para tais inquietações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, K. **The Development of Organization and Program Performance Indicators.** Pacific Northwest Laboratory. 1999
- BANERJEE, S.B. **Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly.** Critical Sociology 34(1): 51–79. 2008
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BECK, U; HOLZER, B. **Organizations in World Risk Society.** Pearson 45259, 2007.
- BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, È. **The New Spirit of Capitalism.** Verso, London: 2005.
- BORIM-DE-SOUZA, R. ; BALBINOT, Z. ; TRAVIS, E. F. ; MUNCK, L. ; TAKAHASHI, A. R. W. **Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory.** Cross Cultural Management , v. 22, p. 201-235, 2015.
- BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- EDENS, K.; SHIRLEY, J.; TONER, T. **Sustaining a professional development school partnership: Hearing the voices, heeding the voices.** Action in Teacher Education, 23(3), 27-32. 2001.
- ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development.** Calif. Manage. Rev.36, 90–100.1994.
- FEIL, A.A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados.** In: Caderno EBAPE.BR, v. 14, n. 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.
- GEPHART, R.P; VAN MAANEN, J; OBERLECHNE, T. **Organizations and Risk in Late Modernity.** Organization Studies 30(02&03): 141–155 ISSN 0170–8406. 2009.
- GIBSON,R.B. **Specification of Sustainability-based Environmental Assessment Decision Criteria and Implications for Determining “Significance”** in Environmental Assessment; Paper prepared under a contribution agreement with the Canadian Environmental Assessment Agency Research and Development Programme; Ottawa, Canada, 2001.
- HARVEY, D. **The New Imperialism.** Oxford: Oxford University Press. 2003.
- HOPWOOD,B; MELLOR, M; O´BRIEN, G. **Sustainable development: Mapping different approaches.** Wiley Inter Science,13, 38-52. 2005.
- KUHLMAN. T.; FARRINGTON, J. **What is Sustainability?** Sustainability 2, 3436-3448. 2010.
- LEFF. E. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes.2009.

- MOL, A. P. J. (1995). **The refinement of production: Ecological modernization theory and the chemical industry**. Dublin, Republic of Ireland: International Books
- PEARCE, D. *et al.* **Blueprint for a green economy**. London: Earthscan, 1989.
- POPE, J.; ANNANDALE, D.; MORRISON-SAUNDERS, A. **Conceptualising sustainability assessment**. *Environ. Impact Assess. Rev.* 2004, 24, 595–616.
- VEIGA, J. E. **Economia socioambiental**. p.25-46. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.
- SACHS. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOLOW, R. **The economics of resources or the resources of economics**. *American economic review*, v.64, n.2, 1974.
- WACKERMANN, G. **Le développement durable**. Paris: Ellipses, 2008.
- YORK, R.; ROSA, E. **Key Challenges to Ecological Modernization Theory: Institutional Efficacy, Case Study Evidence**, Units of Analysis, and the Pace of Eco-Efficiency. DOI: 10.1177/1086026603256299; 16; 273. 2003